

“NATO Glossary of Terms and Definitions: Proposta de Tradução para Português”

Rui Alexandre Maridalho dos Santos

Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução

Rui Alexandre Maridalho dos Santos,
*“NATO Glossary of Terms and
Definitions: Proposta de Tradução para
Português”, 2015*

Abril de 2015

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Tradução realizado sob a orientação científica da Prof.^a

Doutora Isabel Oliveira Martins

*Para a minha mãe,
a mulher mais importante da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à minha mãe, por todo o esforço, por todos os sacrifícios e por todo o seu apoio durante o meu percurso académico. À minha irmã por todo o apoio e compreensão.

Quero agradecer à minha orientadora, a Prof.^a Doutora Isabel Oliveira Martins, por todo o seu incansável apoio desde a sua coordenação da licenciatura, à orientação e disponibilidade durante a realização do estágio e deste relatório.

Quero agradecer ao Departamento de Assuntos Jurídicos, principalmente às Diretoras Rita Faden e Susana Vaz Patto pela oportunidade que me providenciaram. Especial agradecimento à Dr.^a Sofia Favila-Vieira, pela orientação durante a realização do estágio e por tudo o que me ensinou. Ao Dr. João Moniz, por ser um excelente companheiro de trabalho e por todo o apoio que me prestou durante o estágio. À excelente equipa do Departamento, que forneceram um ambiente de trabalho excelente e agradável.

Aos Professores que me acompanharam e contribuíram para a minha formação académica nestes cinco anos de licenciatura e Mestrado, com especial dedicação e mostrarem-se prontos a ajudar em qualquer situação. À coordenadora do Mestrado, Prof.^a Doutora Gabriela Gândara Terenas e ao coordenador do Departamento, Professor Doutor Carlos Ceia. Finalmente, à Prof.^a Doutora Iolanda Ramos, por todo o apoio e por toda a ajuda.

Aos meus colegas de faculdade, que fizeram parte destes meus últimos anos e contribuíram para que fossem inesquecíveis. Aos meus amigos que sempre estiveram lá para me apoiar em qualquer situação.

RESUMO

NATO Glossary of Terms and Definitions: Proposta de Tradução para Português

Rui Alexandre Maridalho dos Santos

No presente relatório, aborda-se primordialmente uma proposta da tradução para a língua portuguesa de um dos principais glossários militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Apresentam-se ainda exemplos de traduções realizadas ao longo de 400 horas de estágio no Ministério dos Negócios Estrangeiros português, com o objetivo de dar a entender a complexidade e as restrições envolvidas na tradução no contexto de uma instituição governamental. A proposta de tradução do referido glossário visa a futura validação e reforço da língua portuguesa como uma das línguas de trabalho da NATO, tendo sido Portugal membro fundador desta organização em 1949.

PALAVRAS-CHAVE: glossário, OTAN, terminologia militar, tradução jurídica

ABSTRACT

NATO Glossary of Terms and Definitions: Portuguese Translation Proposal

Rui Alexandre Maridalho dos Santos

This report has as its main objective the presentation of a translation proposal into Portuguese of one of the main North Atlantic Treaty Organization military glossaries. Examples of translations will also be presented in an effort to grasp the complexity and the restrictions involved in translating in the context of a governmental organization as a result of a 400-hour internship in the Portuguese Ministry of Foreign Affairs. The translation proposal of the glossary is an attempt for the future validation and reinforcement of the Portuguese language as one of NATO's working languages, since Portugal was one of its founding members in 1949.

KEYWORDS: glossary, legal translation, military terminology, NATO

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas

Introdução	1
Capítulo 1: O Ministério dos Negócios Estrangeiros	2
1.1. Caracterização da instituição	2
1.2. Caracterização da área onde o estágio foi realizado	4
1.2.1 A Área de Tradução do Departamento dos Assuntos Jurídicos ..	4
1.2.2 A prática da tradução na ATDAJ	4
Capítulo 2: Projetos desenvolvidos na Área de Tradução do Departamento de Assuntos Jurídicos	8
2.1. Tradutor Jurídico <i>Trad-Iure</i>	8
2.2. Criação de uma Memória de Tradução do MNE	9
2.3. Revisão e atualização linguística de Tratados ratificados.....	11
Capítulo 3: Projeto principal – Proposta de tradução do glossário AAP-06 ..	13
3.1 Limitações de trabalho e de apresentação	13
3.2 A Organização do Tratado do Atlântico Norte	13
3.3 O Glossário AAP-06	14
3.3.1 Particularidades da terminologia da NATO	14
3.3.2 Corpus	17
3.3.2.1 Corpus de referência	17
3.3.2.2 Corpus de tradução	17
3.3.3 Estrutura do glossário	17
3.3.4 Metodologia	19
3.3.4.1 Preparação e adições à estrutura.....	19
3.3.4.2 Organização do esquema de trabalho.....	21

3.3.4.3 Questões limitativas do processo tradutório	22
a.) Língua de trabalho da organização	22
b.) Traduções já existentes	23
3.3.4.4 Dificuldades de tradução e técnicas utilizadas.....	25
a.) Tradução direta	25
b.) Explicitação	25
c.) Questões culturais.....	25
d.) Unidades de medida	26
e.) Adaptação	27
Conclusão	30
Bibliografia	31
Anexo 1: Exemplos de entradas traduzidas	33
Anexo 2: Exemplo de entrada no Microsoft Excel	34

LISTA DE ABREVIATURAS

AAP-06	Allied Administrative Publication No 6
ATDAJ	Área de Tradução do Departamento de Assuntos Jurídicos
DAJ	Departamento de Assuntos Jurídicos
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NATO	North Atlantic Treaty Organization
TAC	Tradução Assistida por Computador

INTRODUÇÃO

O presente relatório resulta de um estágio de 400 horas, decorrido na Área de Tradução do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹, constituindo-se como a parte não letiva do Mestrado em Tradução, área de especialização em inglês.

No primeiro capítulo deste relatório, são apresentados e descritos o contexto e o tipo de trabalho desenvolvidos ao longo do estágio. O papel da tradução numa instituição pública nacional, com dimensão internacional, e a especificidade do mesmo, assim como as preocupações e dificuldades surgidas quando se traduzem, entre outros, textos de relações internacionais, com carácter jurídico, são de igual modo objeto de reflexão.

Sendo o MNE uma instituição que se relaciona e corresponde com várias outras instituições nacionais e internacionais, o estágio permitiu o envolvimento numa pluralidade de projetos e trabalhos, os quais pretenderam garantir e melhorar a qualidade da tradução, assim como reforçar o papel do Ministério com outras instituições, promovendo e fortalecendo o estatuto da língua portuguesa. Tais assuntos serão apresentados e descritos no segundo capítulo.

Entre vários projetos, escolheu-se apresentar uma proposta de tradução do *Nato Glossary of Terms and Definitions*, um vasto glossário que, como o título aponta, contém termos e definições, com utilização e contexto primordialmente militar, empregue e oficializado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Este projeto é, como já referido, um dos muitos promovidos pelo MNE, e será apresentado no terceiro capítulo, através do fornecimento de exemplos de termos traduzidos desse glossário, as técnicas de tradução utilizadas para esse efeito, a metodologia empregue para esse trabalho, assim como uma reflexão sobre todo o processo tradutório.

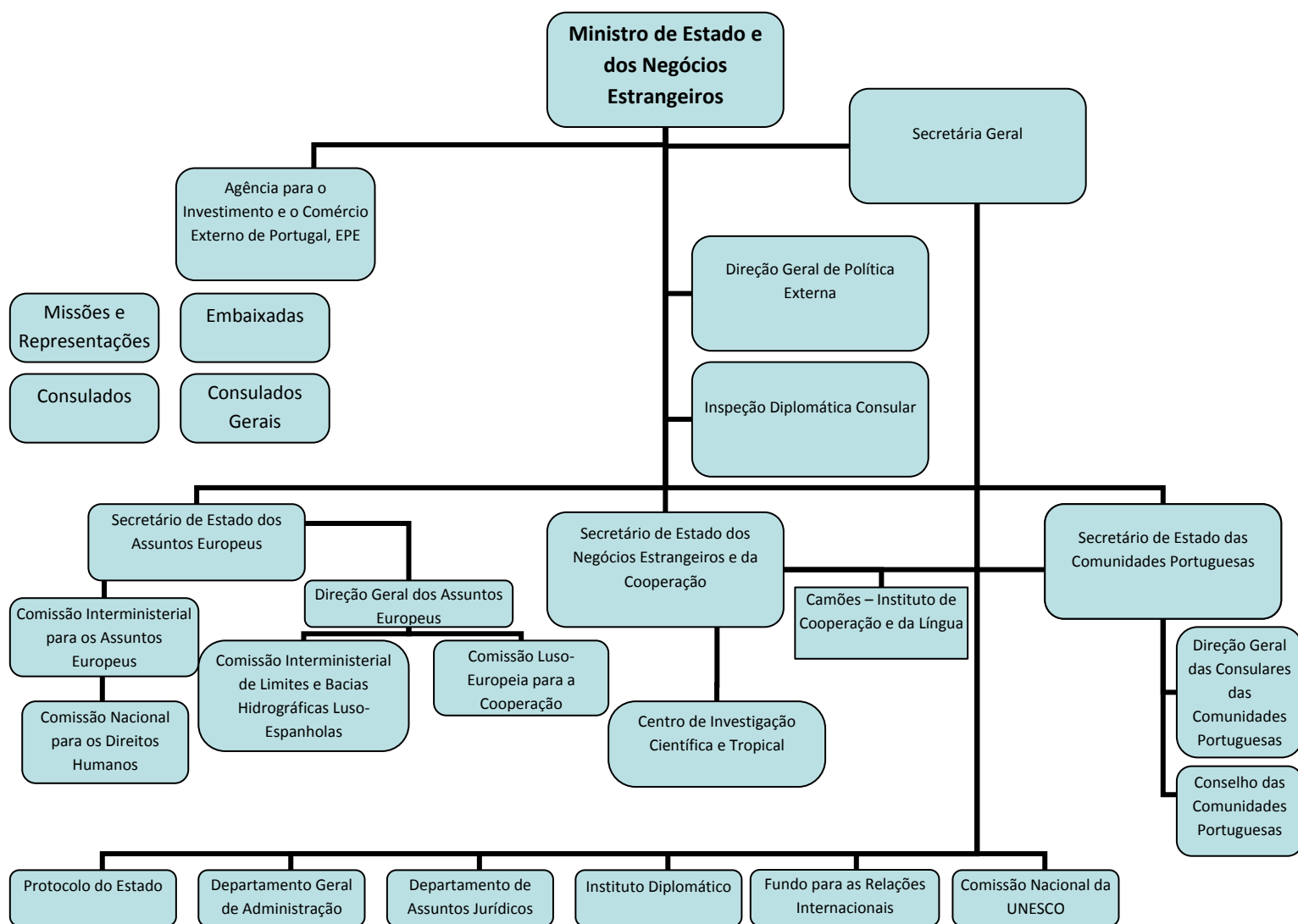
Por último, para concluir, apresentam-se os próximos passos deste projeto, o qual vai além do período e âmbito do estágio, mas que se espera vir a ter uma continuação futura.

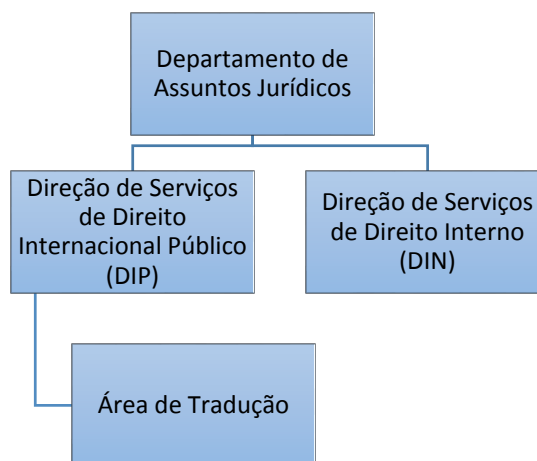
¹ Doravante referidos respetivamente como ATDAJ e MNE.

CAPÍTULO 1: O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

1.1 Caracterização da instituição

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, situado no Palácio das Necessidades, em Lisboa, é o setor do Governo português responsável pela formulação, coordenação e execução da política externa portuguesa. Encontra-se dividido em vários departamentos, representado pelo seguinte organograma:





Por sua vez, o Departamento de Assuntos Jurídicos é constituído (ver figura acima) pela Direção de Serviços de Direito Internacional Público (DIP) e a Direção de Serviços de Direito Interno (DIN). Ao DIP, o lugar onde foi realizado este estágio, compete emitir pareceres, responder a consultas e elaborar estudos sobre matérias de natureza jurídica internacional. Compete-lhe ainda:

- a) Preparar e assegurar a participação portuguesa na negociação de tratados e acordos internacionais que versem a proteção da pessoa e a cooperação jurídica, em colaboração com os serviços do Ministério ou de outros departamentos governamentais
- b) Acompanhar/assistir na negociação de outros tratados e acordos internacionais
- c) Exercer funções de depositário dos tratados e acordos internacionais
- d) Participar em comissões nacionais ou internacionais e em reuniões e/ou conferências que versem matéria da sua competência
- e) Transmitir e receber processos de extradição, cartas rogatórias e precatórias e atos judiciais
- f) Preparar e ultimar o processo interno de vinculação do Estado Português às Convenções Internacionais.

1.2. Caracterização da área onde o estágio foi realizado

1.2.1 A Área de Tradução do Departamento dos Assuntos Jurídicos

A ATDAJ assegura a tradução dos documentos que se revele necessária à prossecução das atribuições do serviço, designadamente, tratados e acordos internacionais. É o serviço responsável essencialmente pela tradução e/ou retroversão de vários textos de relações internacionais e de carácter diplomático, principalmente instrumentos jurídicos. Os instrumentos jurídicos são um conjunto de disposições legais e regulamentares contidas em documentos como Acordos, Protocolos e Tratados internacionais, podendo ser estes bilaterais e/ou multilaterais, sendo o inglês e o francês as línguas de partida predominantes nestes instrumentos no seio do MNE. A ATDAJ tem também a função de assegurar a verificação e o encaminhamento dos processos de aprovação dos instrumentos que Portugal assina, sendo a tradução dos mesmos um requisito obrigatório para a sua publicação em Diário da República. Finalmente, existe um conjunto de projetos nos quais a ATDAJ participa, projetos esse que serão mencionados e descritos no Capítulo 2.

1.2.2. A prática da tradução na ATDAJ

A tradução no quadro de uma entidade pública em geral, e do Ministério dos Negócios Estrangeiros em particular, implica bastas vezes que o critério do tradutor que aí trabalha não é o último para o trabalho realizado. Alguns dos aspetos relacionados com a tradução de textos da área das relações internacionais suscitam opiniões diferentes, e até divergentes, quanto à abordagem seguida para resolver problemas de tradução que surjam. No presente relatório não se pretendem apresentar soluções únicas, nem casos que só têm uma solução, mas um pequeno sumário de exemplos concretos, indicar algumas das soluções adotadas pela ATDAJ, por parecerem ser as mais adequadas e contribuir para o pensamento sobre a tradução de instrumentos internacionais, no quadro de uma entidade pública.

É também importante destacar que, no seio das Relações Internacionais, a tradução tem um carácter diferente do que se verifica em áreas como a tradução literária. No caso de uma entidade pública, como é o caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o critério do tradutor não é considerado o critério final. Após um trabalho de tradução ser realizado e revisto pela equipa de tradução, é submetido a uma segunda revisão, desta vez

por uma equipa de juristas, que ficam encarregados de certificar o documento legalmente após validarem o produto revisto. Para além disso, o conteúdo e a mensagem do texto a transmitir são bastante complexos e sujeitos a futuras interpretações que poderão comprometer a legalidade da mensagem, pelo que o tradutor tem de ter um conhecimento bastante vasto da linguagem jurídica e a capacidade de transpô-la não só em termos linguísticos, mas também na transição de um sistema jurídico para outro. Adicionalmente, um instrumento multinacional pode aglomerar aspetos de vários sistemas jurídicos nacionais, podendo ainda ser o produto final de várias negociações (que podem ter demorado anos) e compromissos entre Estados e/ou entidades (públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras).

Por exemplo, se a tradução requisitada versar sobre um instrumento multilateral que provenha da Organização das Nações Unidas, é por vezes impossível identificar qual é a língua de partida, dado que esta organização tem cinco línguas oficiais: árabe, chinês, francês, espanhol e inglês. Como tal, apesar de se tratar o inglês como uma base de partida, fazendo referência ao mesmo como um “original”, para resolver problemas/dificuldades de compreensão usam-se igualmente os documentos produzidos em espanhol e em francês para ver como essas dificuldades foram resolvidas.

Todavia, ainda há outros problemas que permanecem, estando esses relacionados com o enquadramento da área da Tradução na área do Direito, particularmente na do Direito Internacional.

Um dos problemas é a completa e total ausência de liberdade do tradutor, na medida em que está restringido a várias regras estruturais e linguísticas, assim como a fatores externos. Uma dessas restrições é a possível existência de traduções já realizadas. Caso a tradução de um instrumento já tenha sido aprovada e publicada em Diário da República, no caso de existir uma menção ou que seja citado texto desse instrumento, o tradutor está restrito a apenas uma opção, que é a cópia do texto citado como publicado em Diário da República, mesmo que exista uma diferença terminológica, que é o único elemento que poderá ser alterado. Um exemplo que se pode referir é um instrumento multilateral da Organização das Nações Unidas, publicado pela Organização Mundial de Saúde: o Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, que cita a Convenção Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco:

Exemplo 1: Convenção Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco (2003)

ARTICLE 25

Relations between the Conference of the Parties and intergovernmental organizations

In order to provide technical and financial cooperation for achieving the objective of this Convention, the Conference of the Parties may request the cooperation of competent international and regional intergovernmental organizations including financial and development institutions.

ARTIGO 25.º

Relações entre a Conferência das Partes e as organizações intergovernamentais

A fim de garantir a cooperação técnica e financeira necessária para alcançar o objectivo da presente Convenção, a Conferência das Partes poderá solicitar a cooperação das organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, incluindo instituições financeiras e de desenvolvimento.

Exemplo 2: Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco (2012)

ARTICLE 35

Relations between the meeting of the Parties and intergovernmental organizations

In order to provide technical and financial cooperation for achieving the objective of this Protocol, the Meetings of the Parties may request the cooperation of competent international and regional intergovernmental organizations, including financial and development institutions.

ARTIGO 35.º

Relações entre a reunião das Partes e organizações intergovernamentais

A fim de garantir a cooperação técnica e financeira necessária para alcançar o objetivo do presente Protocolo, a Reunião das Partes poderá solicitar a cooperação das organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, incluindo instituições financeiras e de desenvolvimento.

Como se pode verificar, a única diferença entre estes dois textos é a mudança do termo “Conference of the Parties” para “meeting of the Parties”, algo que foi atualizado na redação do Protocolo Adicional por parte da Organização Mundial de Saúde. Contudo, como este Artigo é uma parte do documento que continua idêntico no texto da língua de partida (neste caso utilizando o inglês como língua de partida de trabalho), e encontrando-se publicado em Diário da República, o tradutor tem de reproduzir a linguagem utilizada na tradução do Protocolo Adicional para a sua futura publicação.

Estas restrições, aparentemente diminutas, são bastante importantes, pois garantem que existe a maior coesão e coerência entre leis publicadas, pois qualquer alteração que resulte da tradução poderá refletir-se na aplicação da lei no futuro.

CAPÍTULO 2: PROJETOS DESENVOLVIDOS NA ÁREA DE TRADUÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

2.1. Tradutor Jurídico *Trad-Iure*

O tradutor jurídico *Trad-Iure* foi concebido como uma funcionalidade de acesso e utilização simples para auxiliar todas as pessoas que trabalhem com textos de caráter jurídico e que necessitem de material de apoio qualificado que contribua para a compreensão correta e, por conseguinte, para o tratamento adequado da informação jurídica que lhes é transmitida ou que querem transmitir, procurando ser uma base segura e de confiança. Trata-se de uma ferramenta interdisciplinar que envolve uma conexão entre duas áreas – o Direito e as Línguas – e disponibiliza conceitos de várias áreas do direito, nomeadamente o Direito Constitucional, Civil, Comercial, Financeiro e Fiscal, Penal, Administrativo, Direito dos Estrangeiros, Direito Internacional / Comunitário e Direito Internacional Privado, bem como o Direito do Trabalho e Segurança Social, Organização Judiciária / Processual e Terminologia Jurídica Geral, em cinco idiomas – alemão, espanhol, francês, inglês e português.

O seu conteúdo tem por base diferentes *corpora*, baseando-se em textos nacionais e/ou internacionais, entre os quais textos provenientes da Comissão Europeia, do Conselho da Europa e de uma pluralidade de instrumentos (acordos, tratados e protocolos) bilaterais e multilaterais, fornecendo uma base de dados que, à data do presente relatório, conta com 18 350 termos.

No âmbito deste projeto, o papel do estagiário foi principalmente a manutenção da base de dados do *Trad-Iure*, que se encontra no Diário da República Eletrónico. Cada vez que um termo é introduzido na base de dados, é necessário relacionar esse termo com os seus equivalentes nas outras línguas e atribuir-lhe uma área do Direito.

Estado
Idioma: Português (PT)
Área(s) de Direito: Internacional / Comunitário

Figura 1: Exemplo de entrada.

Relações	
	Relações
	Adicionar Termo Relacionado
Termo	
Estado Membro	
Estado Membro de emissão	
Estado Membro de execução	
Estado Parte	
Estado Parte	
Estado terceiro	

Figura 2: Termos relacionados com 'estado' no dicionário Trad-lure.

Traduções	
	Traduções
	Adicionar Tradução
Termo	Idioma
Staat	Alemão (DE)
Estado	Espanhol (ES)
Etat	Francês (FR)
State	Inglês (RU)

Figura 3: Traduções do termo 'estado' no dicionário Trad-lure.

Para além do relacionamento de termos, o estagiário colaborou com a equipa de terminologia na pesquisa, confirmação e certificação de termos. Um dos critérios principais para a introdução de novos termos neste dicionário é a exclusividade de pertencerem à área jurídica, sendo a incorporação de termos com um significado diferente no contexto jurídico sujeitos a uma avaliação rigorosa.

2.2. Criação de uma Memória de Tradução do MNE

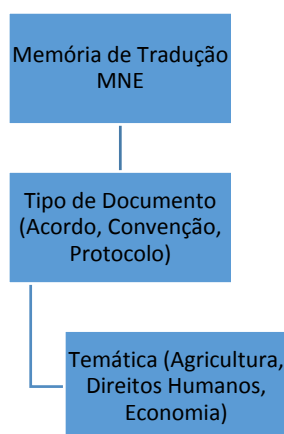
Dada a vastíssima biblioteca composta por instrumentos bilaterais e multilaterais, acompanhada das suas respetivas traduções, requisitadas à ATDAJ, procurou-se realizar a construção de uma Memória de Tradução baseada nesses documentos. Os pares de línguas utilizados para a Memória de Tradução foram todos os pares trabalhados anteriormente pelo MNE: PT-EN, EN-PT, PT-FR, FR-PT, PT-ES, ES-PT, PT-DE e DE-PT.

O objetivo da construção desta Memória de Tradução é a de desenvolver uma base de dados de unidades de tradução que permita aos atuais e futuros tradutores aceder a partes de textos que já foram traduzidas anteriormente. Esta dimensão é crucial na área

da Tradução de Direito Internacional, pois vários instrumentos fazem referências a outros instrumentos, nomeadamente quando se trata de emendas, ratificações e outros tipos de alterações a tratados, onde o texto tem de corresponder com exatidão à tradução oficializada (a tradução publicada em Diário da República). Só deste modo pode a tradução ser considerada legítima e certificada. A existência de uma Memória de Tradução facilita ao futuro tradutor a procura de expressões ou outras unidades de tradução com linguagem bastante específica que terão de ser reproduzidas integralmente.

Outra vantagem que uma Memória de Tradução também traz deve-se ao facto de quase 10% dos textos serem constituídos pelos títulos dos artigos dos instrumentos em questão. Tendo em conta que estes títulos consistem quase exclusivamente em termos, termos que têm de manter uma consistência e uniformidade em todos os instrumentos, esta Memória de Tradução serve então como uma ferramenta útil para o tradutor manter a sua consistência no que diz respeito à futura atividade de tradução dentro da organização.

Para a realização desta Memória de Tradução, o estagiário teve acesso à biblioteca de traduções de instrumentos já realizadas, estando esta dividida pelas várias áreas e os tipos de instrumentos traduzidos previamente no MNE. Na sua construção, utilizou-se a função *WinAlign* do SDL Trados 2007, a ferramenta de trabalho do tradutor e organizou-se a Memória de Tradução com a seguinte ramificação:



Desta forma, é possível, na criação de um novo projeto de tradução com ferramentas de Tradução Assistida por Computador, especificar a área e o tipo de texto do qual o tradutor pretende obter uma Memória de Tradução e, em todos os casos, qualquer trabalho futuro contribuirá sempre para enriquecer a Memória de Tradução principal do MNE.

2.3. Revisão e atualização linguística de Tratados ratificados

Desde a publicação da Convenção Relativa à Escravatura, em 1926, assim como da Carta das Nações Unidas em 1945 e do Estatuto do Conselho da Europa em 1949, seguida da subsequente ratificação desde último em 1976 por parte de Portugal (que aderiria dez anos depois à União Europeia), a língua portuguesa tem vindo a sofrer alterações na sua estrutura, assim como no tipo de discurso e linguagem que são utilizados em textos com caráter jurídico.

Com o intuito de atualizar estes instrumentos, para uma linguagem mais corrente, foi proposto ao estagiário o levantamento, a revisão e atualização da lista de Tratados ratificados por Portugal e pelo Conselho da Europa, assim como os Tratados ratificados por Portugal e pela Organização das Nações Unidas. O objetivo principal desta atualização linguística era a conversão para o Acordo Ortográfico de 1990 (cuja utilização é obrigatória em publicações atuais no Diário da República) e a atualização de terminologia que já tenha caído em desuso ou que tenha sido alterada por razões políticas para eventual republicação em Diário da República.

O exemplo principal relativo à terminologia que se pode extrair desse tipo de documentação é o termo ‘Direitos do Homem’. Quando a Carta Internacional dos Direitos Humanos, o termo pela qual é conhecida hoje em dia, foi publicada em 1948, era conhecida como a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Contudo, à medida que os movimentos dos Direitos Cívicos e em nome da igualdade de géneros começaram a manifestar-se, a utilização do termo ‘Homem’ para se referir ao ser humano em geral começou a ter uma conotação negativa, pelo que o uso de ‘Humano’ começou a ter preferência, acabando por substituir por completo o outro termo.

Este processo começou com um levantamento de 96 tratados e a análise e revisão dos mesmos através do uso da ferramenta ‘Registar Alterações’ do Microsoft Word. No decorrer da tarefa notou-se que a maioria das alterações que eram efetuadas tinham a ver com conversões para o Acordo Ortográfico de 1990 e pequenas correções de erros ortográficos e de formatação (como duplos espaços, falta de itálico em termos jurídicos do latim e a adaptação de números e quantias para o guia de estilo proposto pela União Europeia).

Apesar de também ter sido proposta ao estagiário a revisão de Tratados ratificados da Organização das Nações Unidas, não foi possível completar essa tarefa, devido à priorização de outros projetos, assim como o trabalho de tradução realizado no MNE.

CAPÍTULO 3: PROJETO PRINCIPAL – PROPOSTA DE TRADUÇÃO DO GLOSSÁRIO AAP-06.

3.1. Limitações de trabalho e de apresentação

Antes de se proceder à introdução do projeto, é importante salientar aspetos que condicionaram a realização do mesmo e, por conseguinte, a apresentação de todo o decorrer do projeto no presente relatório.

Como o projeto em questão engloba questões de confidencialidade, nomeadamente documentos com acesso restrito, a possibilidade de apresentar fontes e exemplos para certas partes deste relatório foi bastante restringida.

Por outro lado, nem o próprio estagiário teve acesso a alguns desses documentos restritos/confidenciais em questão, pelo que o material de apoio foi limitado quase exclusivamente a documentos de conhecimento e acesso público.

3.2. A Organização do Tratado do Atlântico Norte

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (North Atlantic Treaty Organization), mais conhecida pelo seu acrónimo NATO (ao invés do acrónimo português, OTAN²), é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado Atlântico-Norte, assinado a 4 de abril de 1949, tendo tido como países fundadores a Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França, Reino Unido, Estados Unidos da América, Canadá, Itália, Noruega, Dinamarca, Islândia e Portugal. Com o seu quartel-general em Bruxelas, tem por base um sistema de defesa coletiva, onde os seus Estados-Membros (28, à data do presente relatório) acordam em se defenderem mutuamente numa situação de resposta a um ataque por uma ameaça exterior a um dos Estados-Membros.

A NATO teve uma dimensão sobretudo política até a década de 1950, altura em que a Guerra da Coreia deu azo à construção de uma estrutura militar integrada. Com o decorrer da Guerra Fria, surgiu a rivalidade com o Pacto de Varsóvia, este por sua vez criado em 1955, uma rivalidade que durou até ao momento que pode ser considerado o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim em 1989, tendo presenciado vários conflitos à escala mundial.

² Doravante será utilizado NATO em vez de OTAN pela conotação e utilização mais comum do acrónimo inglês.

Esta organização conduziu a sua primeira intervenção militar durante a Desintegração da Jugoslávia, primeiro na Bósnia, entre 1992 e 1995 e posteriormente na Jugoslávia em 1999. Após esta data, vários ex-membros do Pacto de Varsóvia juntaram-se à NATO, tendo sido os dois últimos a Albânia e a Croácia, que aderiram no sexto alargamento, em 1 de abril de 2009.

O Tratado em que esta organização se baseia requer que os seus estados-membros auxiliem qualquer estado-membro que tenha sido sujeito a um ataque armado. Esta cláusula foi invocada pela primeira e única vez após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, tendo sido tropas designadas para o Afeganistão sob o comando da Força Internacional de Assistência para Segurança (*International Security Assistance Force – ISAF*).

Desde então, esta organização tem desempenhado papéis adicionais no quadro militar e nas relações internacionais, como, por exemplo, o auxílio em operações anti pirataria, assim como o apoio à Organização das Nações Unidas no sentido de criar e estabilizar uma Zona de Exclusão Aérea na Líbia em 2011.

Apesar de ter várias nações incorporadas no seio da sua organização, as línguas oficiais da NATO são apenas duas, o inglês e o francês, tendo todos os seus documentos, tratados, acordos e outros tipos de comunicações de ser publicados obrigatoriamente em ambas as línguas.

3.3. O Glossário AAP-06

3.3.1 Particularidades da terminologia da NATO

A terminologia militar refere-se a todos os termos e à linguagem de organizações militares e os seus elementos como pertencendo a uma categoria distinta, que se pode verificar pela sua utilização na doutrina militar, servindo para remover qualquer ligação política, humana ou discussão abstrata sobre as suas operações ou descrição das mesmas. Como refere Robert R. Love, na sua nota de tradutor do artigo de Demurenenko e Mirikitin:

With the growing number of peace operations around the world, the use of standardized terminology helps define and delineate the nature, goal and scope

of these operations. Most such operations will involve a multinational force. Given the inherent cultural, political and linguistic differences among nations, a clear and common terminology is essential. If multinational operations are to achieve maximum effectiveness with minimum risk, the relevant terminology must be uniformly understood by all participating nations, forces and personnel. (1997: 1)

Ou seja, a terminologia militar deve destacar-se por ter uma consistência firme, uma ausência completa de possíveis interpretações múltiplas e deve evitar quaisquer conotações políticas, com o risco de interferir noutras áreas, podendo ter consequências graves.

A necessidade de uma uniformização dessa terminologia deve-se fortemente à existência de operações conjuntas. Numa operação conjunta, existem exércitos de nações diferentes, que provavelmente não partilharão a mesma língua. Tendo em conta a especificidade da linguagem militar, começou a haver uma necessidade de uniformizar a terminologia utilizada em combate, pois teria de haver uma facilidade de compreensão por parte dos combatentes, assim como o maior esforço para prevenir qualquer tipo de erro humano, podendo resultar em consequências bastante graves.

Daí que a NATO, centrada num universo anglófono e francófono, dada a ascensão dos Estados Unidos da América como o grande superpoder do ocidente no pós-guerra e a força que a língua francesa ainda tinha na segunda metade do século XX, antes do reconhecimento geral da língua inglesa como uma *língua franca* global, tenha começado a reunir e a organizar a terminologia militar presente nos documentos oficiais, resultando num compêndio de informação que, por sua vez, deu origem a materiais, como uma série de glossários bilingues para utilização dos seus membros.

Contudo, subjacente a estes desenvolvimentos, existe um organismo que se dedicou à uniformização terminológica como parte das suas funções – o *Nato Standardization Office*. Pouco tempo após a fundação da NATO, reconheceu-se que o desenvolvimento coordenado de políticas, procedimentos e equipamento dos estados-membros teria potencial para melhorar a eficácia militar e a eficiência da ainda frágil Aliança. Criou-se, como resultado, o *Military Office for Standardization* (MAS) em 1951, em Londres, que tinha o objetivo de uniformizar as práticas operacionais e administrativas. Vinte anos depois, o MAS foi relocado para o quartel-general da NATO,

e, no início do séc. XXI, fundiu-se com o *Office of NATO Standardization*, dando origem então à *NATO Standardization Agency* (NSA). Aprovada em agosto de 2001, esta nova agência passou a ter maiores responsabilidades pelas atividades de uniformização no seio da NATO. Em julho de 2014, como resultado da *NATO Agency Reform*, a NSA passou a denominar-se *NATO Standardization Office*, sem qualquer alteração nas suas funções, sendo desde então um elemento integrado do quartel-general da NATO.

O NSO é também responsável por produzir os *NATO Standardization Agreements* (STANAG), acordos que definem processos, termos e condições para equipamento e procedimentos técnicos ou militares. Estes acordos são ratificados pelos estados-membros da NATO e implementados nos seus próprios exércitos. Cada STANAG é publicado em inglês e francês.

O glossário AAP-06 (*Allied Administrative Publication No 6*) é uma compilação de termos e conceitos proposta por um Comité Militar e aprovada pela Organização do Tratado do Atlântico-Norte. O seu objetivo é a uniformização de terminologia geral com linguagem especializada no registo militar, terminologia especializada que deve ser compreendida de forma geral no seio da NATO e termos que não estejam definidos de forma apropriada nos dicionários de referências do *Nato Terminology Programme* (NTP). Promove, desta forma, a compreensão mútua e reforça as capacidades de defesa da Aliança. As definições contidas no glossário não pretendem representar ou modificar a política e a doutrina da NATO, mas sim funcionar como um instrumento que ajuda a explica-la e clarifica-la. Este glossário encontra-se disponível em formato eletrónico nas duas línguas oficiais da NATO – inglês e francês. Estas são disponibilizadas pelo NSO de acordo com a *Directive on the NATO Terminology Programme* (STANAG 3680), provando que todos os termos foram aprovados por todas as nações que constituem esta organização. O glossário encontra-se em constante atualização, contando com mais de 224 páginas só na versão inglesa, sendo impossível atribuir um número concreto para o total de entradas.

Contudo, é importante salientar que o presente relatório abrange somente o trabalho realizado, que foi a tradução do glossário AAP-06. Aspetos relativos à organização e estruturação do mesmo serão abordados, mas apenas numa dimensão explicativa. O presente relatório irá somente centrar-se na metodologia de trabalho utilizada e, de um ponto de vista teórico, nos problemas de tradução que surgiram na realização do trabalho, assim como as técnicas empregues para abordar esses problemas.

3.3.2 Corpus

3.3.2.1 Corpus de referência

Sendo um *corpus* algo definido como um conjunto de textos relativos a um domínio do saber, que constitui o objeto de estudo, é difícil estabelecer um *corpus* para este glossário, pois não se tem acesso aos textos dos quais os termos foram extraídos. Apesar de alguns dos glossários da NATO estarem disponíveis para o público, estes não apresentam nenhuma fonte, tendo em conta que os documentos que constituem o seu *corpus* são de natureza confidencial e, sendo este glossário de natureza militar, até é possível assumir-se que não exista um corpus, pois os termos parecem surgir mais da sua utilização e da necessidade de denominar equipamento, estratégias militares e outros termos. Tendo em consideração, desde logo, a utilização profissional deste glossário, o estudo do mesmo foi centrado na área da terminologia militar, assumindo-se então que esta inclui todos os termos encontrados em todo e qualquer texto produzido, discutido, alterado e/ou redigido por autoridades militares.

3.3.2.2 Corpus de tradução

Dada então a ausência de um *corpus* de referência, o glossário AAP-06, na sua versão bilingue, foi utilizado como um texto de partida. A metodologia empregue foi a de traduzir diretamente dos termos e das definições presentes no glossário, utilizando a língua francesa como uma língua de apoio, tendo em conta as semelhanças na estrutura sintática entre as duas línguas, no que diz respeito às definições, assim como na morfologia, no que diz respeito aos termos em si.

3.3.3. Estrutura do glossário

No glossário AAP-06, as entradas são organizadas segundo o princípio uninocional, um princípio da pesquisa terminológica segundo o qual “...numa ficha terminológica deve ser registado um único conceito e todos os dados relacionados com o mesmo.” (Pavel 2001:21)

Na sua versão original, cada entrada é organizada com o termo preferido em inglês e a sua tradução correspondente em francês, seguida de possíveis sinónimos (uns

aceitáveis e outros não) e, quando aplicável, abreviaturas e siglas, partindo depois para a sua definição, algumas notas e exemplos se tal for considerado necessário, termos que estejam relacionados com essa entrada e presentes no glossário, uma fonte, caso se trate de um documento disponível para o público e, finalmente, a data em que o termo foi validado, tal como no esquema seguinte:

preferred term
admitted synonym
deprecated synonym
obsolete synonym
abbreviation
Definition
Notes
Examples
<i>Related terms</i>
[source]
date

Figura 4: Exemplo fornecido no glossário AAP-06

Uma entrada no glossário AAP-06 tem, então, a seguinte apresentação:

**administrative control / contrôle
administratif**

ADCON

Direction or exercise of authority over subordinate or other organizations in respect to administrative matters such as personnel management, supply, services, and other matters not included in the operational missions of the subordinate or other organizations.

Related term(s): command1; control2; full command; operational command; operational control.

01 Apr 1971

**contrôle administratif /
administrative control**

Direction ou autorité exercée sur des formations subordonnées ou autres en ce qui concerne les questions administratives telles que l'administration du personnel, les ravitaillements, les services et autres problèmes ne faisant pas partie des missions opérationnelles de ces formations subordonnées ou autres.

Terme(s) connexe(s) : commandement1 ; commandement intégral ; commandement opérationnel ; contrôle ; contrôle opérationnel.

01 avr. 1971

Informações gramaticais, tais como o gênero, o tempo verbal, entre outras, são somente fornecidas quando existe o risco de uma má compreensão, pois este glossário destina-se a utilizadores experientes, com formação nas áreas que o mesmo abrange. No que diz respeito à sinonímia, os termos que não são os preferidos são também apresentados, mas como uma entrada separada e sem definição (sendo rara a sua tradução

para francês).Tratam-se de termos que caíram em desuso, como o caso que a seguir se apresenta:

signal centre
*Preferred term: communication
centre.*

**communication centre / centre de
communication
signal centre**
An organization responsible for
handling and controlling
communications traffic, normally
comprising a message centre, a
cryptographic centre, and
transmitting and receiving stations.
Note: Transmitting and receiving
stations are not normally located in
the communication centre but the
remote controls for these facilities
are located there.
01 Oct 2003

Quando existe mais que uma definição para um termo, este é apresentado em entradas diferentes, correspondendo cada entrada a uma definição, sendo atribuído um número para essa entrada:

**shielding¹ / écran de
protection¹**
Material of suitable thickness and
physical characteristics used to
protect personnel from radiation
during the manufacture, handling,
and transportation of fissionable
and radioactive materials.
01 Nov 1968

**shielding² / écran de
protection²**
Obstructions which tend to
protect personnel or materials
from the effects of a nuclear
explosion.
01 nov. 1968

3.3.4. Metodologia

3.3.4.1 Preparação e adições à estrutura

Seguindo a estrutura do glossário de partida (a edição bilingue), a proposta de tradução será então apresentada com uma entrada para cada termo, na sua ordem alfabética portuguesa, correspondendo à estruturação da versão francesa do glossário

bilingue AAP-06, que é, até à data de publicação do presente relatório, a única versão não inglesa existente. À medida que a separação dos campos foi feita, manifestou-se a necessidade de introduzir dois campos.

O primeiro – o campo booleano “Oficial?” – onde um ‘sim’ corresponde a uma entrada traduzida deste glossário aprovada por uma fonte militar (Exército, Marinha, Força Aérea) que já esteja em utilização. Essas traduções aprovadas existem em documentos militares que citam o próprio glossário AAP-06 como a fonte da definição. Todas as traduções aprovadas foram sujeitas a uma revisão e subsequente aprovação da parte de especialistas da área correspondente. Contudo, é importante destacar que este campo foi adicionado à tradução e à definição, pois, em algumas entradas, apenas se encontrou uma fonte oficial da tradução do termo, sem uma tradução correspondente para a definição.

O segundo campo – “Fonte” – é a listagem da fonte portuguesa no caso em que um determinado termo tenha sido encontrado em glossários oficiais já existentes, ou em outros documentos militares com traduções oficiais, fora do seio da NATO. Este campo engloba fontes como dicionários militares, documentos oficiais de forças militares portuguesas e outros documentos relacionados com a temática militar.

Adicionalmente, incluiu-se o campo – “Data” – no ficheiro de trabalho para monitorizar a atualização dos termos no glossário por parte do estagiário. Cada vez que ocorre uma revisão ou atualização, a data é alterada para a da última alteração do termo ao glossário. Este campo foi adaptado a partir do campo já existente, com a diferença em que este apenas se aplica à instituição onde o projeto está a ser realizado, sem ter qualquer relação com a futura oficialização da tradução proposta.

Finalmente, colocou-se uma outra questão antes da organização do esquema de trabalho: a existência de relações entre termos. Tendo em conta a dimensão do glossário e a quantidade de termos nele existentes, chegou-se à conclusão de que a relação entre os termos seria apenas feita numa versão bastante mais avançada do glossário, pois certamente iriam ocorrer alterações e atualizações que comprometeriam a precisão do relacionamento dos termos em português e correr-se-ia o risco de ocorrer um lapso quando existissem tais alterações.

3.3.4.2 Organização do esquema de trabalho

Para se dar início à tradução do glossário, o primeiro aspeto que se teve de ter em conta foi a tradução dos campos que constituem uma entrada. A tradução escolhida para os campos foi a que se apresenta na seguinte tabela:

preferred term	termo preferido
admitted synonym	sinónimo admitido
deprecated synonym	sinónimo desencorajado
obsolete synonym	sinónimo obsoleto
abbreviation	abreviatura
Definition	Definição
Notes	Notas
Examples	Exemplos
<i>Related terms</i>	<i>Termos relacionados</i>
[source]	[fonte]
date	data

Após a escolha da tradução dos nomes dos campos, o seguinte passo da preparação para o início do trabalho de tradução foi a escolha da ferramenta de trabalho. Logo ao início, teve-se a perceção de que a utilização de ferramentas de TAC complicaria a realização do mesmo. Tendo em conta que o glossário contém vários campos, como referido acima, a necessidade de dividir os campos tornou-se uma questão clara. Daí, ter-se optado por utilizar o Microsoft Excel, transformando o glossário numa espécie de base de dados.

Na criação de uma base de dados no Microsoft Excel, primeiro deu-se lugar à importação dos campos para colunas. Estas foram estruturadas da forma que se pode ver no Anexo 2, que representa a tradução da entrada ‘**combat zone**¹’. De seguida, foi criado um filtro para as colunas ‘Oficial?’, ‘Fonte’ e ‘Data’, de forma a poder monitorizar o ritmo de trabalho e o progresso e para ser possível a organização das fontes consultadas

no processo de tradução, assim como uma identificação mais fácil dos termos inseridos pelo estagiário recolhidos de fontes da NATO.

3.3.4.3 Questões limitativas do processo tradutório

Tendo em conta a linguagem de especialidade envolvida em todo o projeto, assim como a especificidade e particularidades da mesma, seria impossível realizar a tradução do glossário AAP-06 sem encontrar alguns problemas que necessitassem de uma abordagem específica para poder continuar a realização da mesma. Esses serão expostos por partes, desde problemas que abrangem a maior parte das entradas, a questões terminológicas mais específicas. É importante destacar que, devido à existência de uma tradução completa oficial deste glossário para francês, esta serviu como uma terceira língua para material de apoio, dadas as suas semelhanças estruturais com o português.

Adicionalmente, ao iniciar-se a investigação para a realização deste projeto, foram consultados especialistas da área militar, nomeadamente especialistas ligados à NATO, para averiguar qual seria a melhor abordagem para o trabalho em questão.

Contudo, mesmo com os auxiliares acima mencionados, surgiram problemas e questões que se consideraram importantes abordar para uma melhor compreensão do processo incorporado no trabalho realizado, assim como justificando algumas decisões tomadas. A maior dificuldade a destacar foi a diferença entre a tradução de termos e a tradução das suas definições. A tradução apenas dos termos, apesar de parecer ser um trabalho mais simples, tem a sua complexidade, pois devido ao rigor deste glossário e à linguagem de especialidade da NATO, é necessário que a tradução seja rigorosa e precisa.

a.) Língua de trabalho da organização

Devido ao estatuto de *lingua franca* da língua inglesa é de esperar que uma organização internacional de calibre tão elevado utilize a língua inglesa como a sua língua de trabalho. Apesar da existência de uma versão francesa do glossário abordado no presente relatório, essa língua tem cada vez mais caído em desuso no domínio militar, sendo o inglês utilizado exclusivamente em certos contextos.

Neste momento, em operações militares realizadas em conjunto com ou ao abrigo da NATO, o Exército Português utiliza a língua inglesa como língua de trabalho. Essa

atitude justifica-se com o facto de que facilita a comunicação entre os diferentes estados e exércitos (mesmo sendo países não-anglófonos), pois apresenta-se como uma terceira língua partilhada entre todos. Até em casos mais particulares, o inglês possui um estatuto bastante elevado no contexto militar português. Na Força Aérea, os pilotos dialogam entre si e com as torres de comunicação em inglês, mesmo que todos falem português como língua nativa.

Outro fator é a posição militar portuguesa. Apesar de Portugal ser um dos estados que ainda possui um exército, o último conflito em que esteve envolvido, como estado independente, foi a Guerra Colonial, que terminou oficialmente com a Revolução de 25 de abril de 1974. Após essa guerra, a participação de Portugal restringiu-se a conflitos internacionais entre outros estados, onde o exército português participou devido às alianças do estado, mantendo apenas alguns soldados em países com conflitos recentes, como o Kosovo e o Iraque. Devido à ausência de conflitos armados e outras razões secundárias, mas que afetam o exército (razões económicas e o desenvolvimento tecnológico nacional), Portugal deixou de ter a necessidade de produzir armamento e, por conseguinte, de desenvolver novas estratégias e armas e termos para descrever as mesmas.

Deste modo, devido ao facto de a tecnologia militar estar sempre a evoluir, sendo os Estados Unidos da América o país com a maior intervenção militar no mundo, é normal que a maior parte da nova terminologia seja cunhada na língua inglesa e os termos e conceitos para descrever esta tecnologia para outras línguas existirem na forma de neologismos e anglicismos.

Estas talvez sejam as razões pelas quais, durante a investigação necessária para a tradução deste glossário, se encontrou muito pouca documentação em português. Os STANAG são, como referido acima, publicados apenas em inglês e francês, revelando-se logo uma dificuldade encontrar documentos publicados na língua portuguesa que possam servir de fonte para justificar os termos e/ou definições propostos na tradução do presente glossário.

b.) Traduções já existentes

Para manter a uniformização da terminologia e da linguagem na tradução do glossário que se propõe, foi tomada a decisão de utilizar as entradas já traduzidas e

incorporá-las no projeto agora apresentado. O facto de estas traduções terem sido validadas pelas autoridades competentes para tal significa que, ao estar-se a criar uma nova tradução, ter-se-ia de submeter a mesma a um processo de validação. As entradas que já tenham traduções terão então prevalência sobre qualquer tradução proposta.

O número de entradas com traduções já existentes é relativamente mínimo, mas também serviu como material de auxílio – tomando a estrutura sintática como referência, é possível, de certa forma, emular o estilo do glossário de forma a manter uma consistência na linguagem utilizada.

Contudo, apesar do estatuto inalterável das traduções já existentes, é de notar que algumas fazem alterações ou omitem certos elementos, nomeadamente nas traduções das definições das entradas.

**area of operations / zone
d'opérations
AOO**

An area defined by the joint force commander within a joint operations area for the conduct of specific military activities.

Related term(s): area of interest; area of responsibility^{1,2}; component command^{1,2}; joint operations area.

03 Feb 2011

**área de operações/ area of operations
zona de operações
AOO**

Área delimitada, necessária para conduzir as operações militares e para a administração dessas operações.

A tradução proposta à direita corresponde à tradução já existente para o termo ‘**area of operations**’³. Como se pode verificar, a definição portuguesa não corresponde na exatidão à definição inglesa, tendo existido uma adaptação, a qual parece subentender a administração conjunta das operações, situação que também se pode subentender resultar de uma situação comum e definida nas operações levadas a cabo pelas forças armadas portuguesas.

³ No caso específico desta entrada, a sigla utilizada na tradução portuguesa é igual à sigla inglesa.

3.4.4.4. Dificuldades de tradução e técnicas utilizadas

a.) Tradução direta

A tradução direta foi, como seria expectável, a técnica de tradução mais utilizada, tendo em conta a linguagem de especialidade do texto em questão.

Quando se faz esta referência a tradução literal, ou tradução palavra por palavra, atribui-se a mesma interpretação de Vinay e Darblenet: "...the direct transfer of a SL text into a grammatically and idiomatically appropriate TL text in which the translators' task is limited to observing the adherence to the linguistic servitudes of the TL." (1958:86).

Ou seja, existe uma transferência completa e direta das unidades de tradução presentes nas definições traduzidas. Por vezes, as correspondências das unidades de tradução chegam a ser completas, como, por exemplo, em casos de termos como '**nuclear warfare**':

nuclear warfare / guerra nuclear
Warfare involving the employment of nuclear weapons.

guerra nuclear / nuclear warfare
Guerra envolvendo o emprego de armas nucleares.

Como se pode verificar pelo exemplo fornecido, existe uma correspondência direta no que diz respeito à tradução da definição (a inversão na ordem do adjetivo e do substantivo no termo em si está ligada às regras relativas à ordem de ambos nas suas línguas correspondentes). Ambas as línguas seguem a seguinte fórmula e ordem sintática (SVO).

b.) Explicitação

A explicitação, partindo da definição proposta por Vinay e Darblenet, "...the process of introducing information into the target language which is present only implicitly in the source language, but which can be derived from the context or the situation" (1958:8), foi uma das técnicas de tradução empregues em muitas entradas, particularmente as que referem uma determinada área de especialidade.

abrasion / rayure

In photography, a scratch or mark produced mechanically on an emulsion surface or film base.

01 Jan 1973

abrasão / abrasion

Na área da fotografia, refere-se a um risco ou marca produzidos de forma mecânica numa superfície de emulsão ou base de filme.

Tomando como exemplo o termo ‘**abrasion**’, na definição da entrada, “photography” é referida como uma área, um domínio de especialidade e do saber, e não como um objeto que retrata algo capturado por uma lente. Daí que, na tradução portuguesa, se tenha recorrido à explicitação, sendo proposta a introdução de “Na área da fotografia...”. Tal situação é recorrente em várias definições de entradas em que se clarifica o domínio.

Esta técnica já era utilizada por tradutores integrados na área militar, onde em casos como o do exemplo abaixo, retirado de um dos glossários militares oficiais, a definição portuguesa inclui o termo como sujeito da frase.

**administrative control /
contrôle administratif
ADCON**

Direction or exercise of authority over subordinate or other organizations in respect to administrative matters such as personnel management, supply, services, and other matters not included in the operational missions of the subordinate or other organizations.

*Related term(s): command¹;
control²; full command;
operational command;
operational control.*

01 Apr 1971

**controle administrativo / administrative
control
ADCON**

O Controlo Administrativo é a direcção ou o exercício de autoridade sobre subordinados ou outras organizações, no que respeita a assuntos administrativos tais como, gestão de pessoal, reabastecimento, serviços e outros assuntos não incluídos na missão operacional dos subordinados ou das outras organizações.

Num outro caso, para além de uma singularização do termo, a tradução de ‘concept of operations’ explicita, na sua descrição, que se trata de um conceito, para separá-lo do termo ‘operação’, evitando quaisquer problemas de compreensão ou interpretação.

**concept of operations / concept
d'opération
CONOPS**

A clear and concise statement of the line of action chosen by a commander in order to accomplish

his given mission.

30 Jan 2012

**conceito de operação / concept of operations
CONOPS**

O conceito de operação descreve de uma forma clara como é que o comandante relaciona as

acções das unidades subordinadas para cumprir a missão.

c.) Questões culturais

Ao contrário dos vários textos técnicos que são traduzidos, citando como exemplo manuais, que têm de obedecer e respeitar certas normas culturais, assim como tendo em conta certos aspetos relativos à cultura que são importantes na sua tradução e/ou localização (por exemplo, na tradução de um manual de qualquer aparelho eletrónico recarregável, é necessário converter as voltagens e os tipos de fichas e tomadas elétricas), os termos, conceitos e as definições que constam do glossário AAP-06 não têm de obedecer a essas normas por várias razões.

A razão mais importante, e a que influencia as outras, é a existência do comité e gabinete de uniformização da NATO mencionado anteriormente. Esse é responsável por garantir que a linguagem utilizada não pode ser restringida por questões culturais, nem por outros aspetos relacionados, pois a organização rege-se e esforça-se para uniformizar a linguagem de forma a todos terem o mesmo tipo de acesso e esta ser quase uma linguagem exclusiva à NATO.

Por outro lado, o facto de a NATO ter sobretudo uma dimensão militar e, por conseguinte, envolver outros tipos de relações internacionais significa que, para evitar conflitos entre culturas e nações, assim como divergências entre as mesmas (realçando o facto de, atualmente, a NATO estar a expandir-se e a incorporar membros do ex-Pacto de Varsóvia), toda a terminologia tem de ser cuidada de forma a ser uniforme e abster-se de qualquer componente cultural. A tradução deste glossário teve de refletir essas questões, evitando incorporar elementos da cultura portuguesa, principalmente expressões e termos que sejam exclusivos do exército português, permitindo a distanciação da cultura nativa tentando ser uma tradução o mais direta possível do glossário original.

d.) Unidades de medida

Apesar de a abordagem da tradução, no que diz respeito às unidades de medida, ser a de traduzir a unidade se estiver apresentada por extenso, mas nunca alterar o seu símbolo, tal como regulado pelo Sistema Internacional de Unidades (SI), no contexto

militar, onde é comum a existência de textos relacionados com ciências nucleares e eletrotécnica avançada, existe a situação da não-tradução dessas unidades. Tal acontece devido à pouca utilização desses termos fora do seu contexto de especialidade, como é o caso de ‘centigray’.

centigray / centigray
A unit of absorbed dose of radiation
(one centigray equals one rad).
01 Jul 1987

centigray / centigray
Unidade de dose absorvida de radiação (um
centigray equivale a um rad).

Mesmo que apresentem problemas para o leitor no que diz respeito à compreensão imediata, o facto de estes termos permanecerem na sua língua original permite que haja uma exatidão e previne futuros erros de tradução. Tendo em conta que este glossário se destina a um público especializado que lida com este tipo de situações, onde textos redigidos em português poderão ter várias referências a unidades de medida, a não-tradução é a melhor técnica para estes casos em particular.

e.) Adaptação

Para além do exemplo mencionado na alínea b.) do ponto 3.3.4.3, existem casos de adaptação que, por vezes, estão ligados aos casos de não-tradução no glossário. Tendo em conta que existem termos militares que foram adaptados de unidades de medida (que às vezes têm o nome do seu criador), esses termos devem manter o mesmo significado na língua de chegada, não se traduzindo a unidade em questão, tal como se verifica no exemplo que se segue:

Mach front
Preferred term: Mach stem

frente de Mach
Termo preferido: frente da onda de choque

Mach stem / avant de l'onde de choc

Mach front
The shock front formed by the fusion of the incident and reflected shock fronts from an explosion. The term is generally used with reference to a blast wave, propagated in the air, reflected at the surface of the earth. In the ideal case, the Mach stem is perpendicular to the reflecting surface and slightly convex (forward).
01 Sep 1971

frente da onda de choque / Mach stem choc
frente de Mach
Frente de choque formada pela fusão das frentes de choque incidentes e refletidas de uma explosão. Este termo é geralmente utilizado relativamente a uma onda explosiva propagada pelo ar, refletida na superfície da terra. Num caso ideal, a frente da onda de choque é perpendicular à superfície refletida e ligeiramente convexa (para a frente).

‘**Mach front**’ que entretanto caiu em desuso, sendo o termo preferido ‘**Mach stem**’, manteve a unidade de medida na sua língua de partida. Contudo, com o reconhecimento de um novo termo, foi considerado necessário traduzi-lo, recorrendo ao uso de uma explicitação, algo que também aconteceu na tradução francesa.

Sendo a proposta de tradução deste glossário ainda um trabalho em progresso, podiam ser apresentados muitos mais exemplos, alguns referidos no Anexo 1, dada a dimensão do glossário e tendo em conta a dimensão do trabalho realizado. No total, foram traduzidos 236 termos pelo estagiário, tendo também em conta a dimensão dos projetos realizados em simultâneo, assim como o trabalho de tradução da ATDAJ.

CONCLUSÃO

O estágio realizado no Ministério dos Negócios Estrangeiros teve como objetivo principal a aplicação e desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos durante a componente letiva do Mestrado em Tradução, os quais foram aplicados sobretudo na proposta de tradução de um glossário da NATO como o projeto principal sobre o qual o relatório de estágio iria incidir.

A introdução a um ambiente de trabalho novo, onde foi possível ganhar uma assinalável quantidade de novos conhecimentos, assim como efetuar a prática da tradução jurídica numa situação real, principalmente no seio das Relações Internacionais, permitiu ao estagiário adquirir uma nova perspetiva sobre o papel da tradução num órgão do estado.

A proposta de tradução aqui apresentada do glossário AAP-06 pretende ser um primeiro passo para reforçar a presença da língua portuguesa no contexto da NATO, assim como a posição de Portugal, esperando que a sua possível publicação, quando completo, seja uma forma de o português obter o estatuto de língua oficial da NATO.

A nível pessoal, o trabalho desenvolvido no estágio revelou ser uma experiência que permitiu o amadurecimento e o desenvolvimento de novas capacidades para reforçar a qualidade como tradutor. O envolvimento em vários projetos serviu para expandir as áreas de conhecimento e obter experiência em vários tipos de trabalho que um tradutor poderá desenvolver, assim como proporcionar uma forma de contribuir para a aproximação entre os núcleos de tradução do estado e o mercado da tradução, através da exploração de ferramentas TAC e a manutenção de bases de dados.

Finalmente, espera-se que este relatório tenha uma utilidade quer para futuros tradutores ao abrigo do MNE, quer para qualquer pessoa que entre em contacto com a tradução jurídica e/ou militar.

BIBLIOGRAFIA

"Article 5." *North Atlantic Treaty*. Washington, D.C.: U.S. Govt. Print. Office, 1949.

Byrne, Jody. *Scientific and Technical Translation Explained*. Manchester: St Jerome Publishing, 2014.

Demurenko, Andrei, Alexander Nikitin. *Basic Terminology and Concepts in International Peacekeeping Operations: An Analytical Review*. Trad. Robert Love. Fort Leavenworth: Foreign Military Studies Office, 1997.

Departamento Operacional do Estado Maior General das Forças Armadas de Portugal. *Glossário de termos e definições de uso militar: operações nucleares, biológicas e químicas*. Lisboa: E. M. G. F. A, 1983.

Favila-Vieira, Sofia. "O Exercício De Tradução Nos Instrumentos Internacionais." In *Anuário Português de Direito Internacional*, ed. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa: Instituto Diplomático, 2012. 73-95.

North Atlantic Treaty Organization, NATO Standardization Office. *NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*. Bruxelas: Office of NATO Terminology Coordination, 2014.

Pavel, Silvia, Diane Nolet. *Handbook of Terminology*. Otava: Terminology and Standardization, Translation Bureau, 2001.

Protocol to Eliminate Illicit Trade in Tobacco Products. Seul: Organização Mundial Da Saúde, 2012.

WHO Framework Convention on Tobacco Control. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2003.

Venuti, Lawrence ed.. *The Translation Studies Reader*, Londres: Routledge, 2004.

Vinay, Jean-Paul e Jean Darbelnet. 1958. "A Methodology for Translation". Trad. Juan C.Sager e M.-J.Hame. In *The Translation Studies Reader*, ed. Lawrence Venuti. Londres: Routledge, 2004. 84-93.

Vinay, Jean-Paul e Jean Darbelnet. *Stylistique comparée du français et de l'anglais. Méthode de traduction*, Paris: Didier, 1958.

ANEXO 1 – EXEMPLOS DE ENTRADAS TRADUZIDAS

defence area / zona de defesa

For any particular command, the area extending from the forward edge of the battle area to its rear boundary. It is here that the decisive defensive battle is fought.
01 Jul 1983

fireball / bola de fogo

The luminous sphere of hot gases which forms a few millionths of a second after detonation of a nuclear weapon and immediately starts expanding and cooling.
01 Sep 2003

tropopause / tropopausa

The transition zone between the stratosphere and the troposphere. The tropopause normally occurs at an altitude of about 25.000 to 45.000 feet (8 to 15 kilometres) in polar and temperate zones, and at 55.000 feet (20 kilometres) in the tropics.
01 Nov 1968

warhead / ogiva **WH**

That part of a missile, projectile, torpedo or any other munition, intended to inflict damage.
25 Sep 1998

zona de defesa / defence area

Para qualquer comando particular, entende-se como a área que se estende do limite dianteiro da área de batalha até ao seu limite traseiro. É aqui que a batalha defensiva decisiva é travada.

bola de fogo / fireball

Esfera luminosa, constituída por gases quentes, que se forma alguns milionésimos de segundo depois da explosão de uma arma nuclear e que começa imediatamente a aumentar de volume e a arrefecer.

tropopausa/ tropopause

A zona de transição entre a estratosfera e a troposfera. A tropopausa^{ae} ocorre normalmente a uma altitude de entre 25 000 a 45 000 pés (8 a 15 quilómetros) em zonas polares e temperadas, e a 55 000 pés (20 quilómetros) nos trópicos.

ogiva / warhead

Parte de um míssil, projétil, torpedo ou qualquer outra munição, que contém o sistema nuclear ou termonuclear, a carga explosiva, agentes biológicos ou químicos ou materiais inertes destinados a provocar danos.

ANEXO 2 – EXEMPLO DE ENTRADA NO MICROSOFT EXCEL

A		B		C		E		
Termo EN		Definição EN		Termo FR		Termo PT		
combat zone ¹		That area required by combat forces for the conduct of operations.		zone de combat ¹		zona de combate ¹		
F	G			H	I	J	K	
Oficial?	Definição PT			Oficial?	Termo preferido	Sinónimo	Sinónimo admitido	
Não	A área requerida pelas forças de combate para a condução de operações.			Não		CZ		
L		M	N	O	P	Q		R
Sinónimo obsoleto		Sinónimo desencorajado	Notas	Exemplos	Termos relacionados	Fonte		Data
					zona de comunicação	Dicionário Militar Literário e Técnico		20-11-2014

Nota: Por constrangimentos de formatação, tendo em conta o número de colunas que correspondem a campos (18), é impossível apresentar um exemplo de uma entrada no Microsoft Excel numa estrutura contínua. A coluna D ‘Definição FR’ encontra-se oculta porque é apenas uma sugestão na eventualidade de o glossário ser uma edição trilingue (inglês/francês/português). A coluna ‘Fonte’ apresenta apenas os títulos dos documentos ou obras consultadas, existindo uma lista separada com as referências bibliográficas das mesmas. No caso desta entrada em específico, refere-se à obra *Glossário de termos e definições de uso militar: operações nucleares, biológicas e químicas*, editada pelo Departamento Operacional do Estado Maior General das Forças Armadas de Portugal.